CADERNO DE RESUMOS

XVII SEMINÁRIO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR

4, 5, 6 e 7 de dezembro de 2023

[organizadores]
Caio Whitaker Tosato
Helena Zoneti Rodrigues
João Lucas Zanchi
Lucas Joaquim da Motta
Mateus Lima dos Santos
Rafael do Valle
Samuel Estevão Vieira da Silva

CADERNO DE RESUMOS

XVII SEMINÁRIO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR

São Carlos
2023

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Reitora
Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa
Prof. Dr. Pedro Sergio Fadini

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Centro de Educação e Ciências Humanas
Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Juvenal da Cruz (Diretora)

Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Prof.ª Dr.ª Ana Carolina Soliva Soria (Coord.)

Comissão organizadora
Caio Whitaker Tosato
Helena Zoneti Rodrigues
João Lucas Zanchi Lucas
Joaquim da Motta
Mateus Lima dos Santos
Rafael do Valle
Samuel Estevão Vieira da Silva

Apoio
UFSCar

Projeto gráfico e diagramação
Rafael do Valle

São Carlos, 2023

Sumário

Aproximações entre a filosofia cínica e a poesia de Manoel de Barros
Adam William Italiano 7

Gramática pura e sintaxe lógica: sobre a relação entre significação e objeto em Husserl e Wittgenstein
Andressa Alves Souto 8

O devir e a essência: investigação sobre as ordens de realidade em Marx e Hegel
Bruno Fernandes 9

A teoria das classes de Russell frente a matemática do XIX
Caio Whitaker Tosato 10

Os elos entre duas estéticas: um diálogo inacabado entre Gilda de Mello e Souza e Mário de Andrade
Carlos Henrique dos Santos Fernandes 11

Notas sobre a filosofia grega no *Cours d'Histoire* de Condillac
David Ferreira Camargo 12

Tempo para a criação: o Diário como instauração poética do cotidiano e forma de resistência
Eder Aleixo 13

Uma leitura das refutações kantianas do idealismo empírico na *Crítica da razão pura* de I. Kant a partir do conceito de "fenomenismo epistêmico" de R. H. de S. Pereira
Ernane São João Garcia 14

A impessoalidade dos contextos virtuais de interação
Felipe Eleutério Pereira 15

Anacronismo e trans-historicismo nas leituras de Nozick e Macpherson acerca do pensamento de Locke
Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar 16

Notas sobre o vínculo entre antagonismos sociais e sofrimento em Theodor Adorno
Dario de Negreiros 17

O estatuto da Natureza nos ensaios de Albert Camus
Gabriel Leva 18

Sobre a possibilidade de uma Temporalidade Mítica na obra de Albert Camus
Gabriel Villatore Bigardi 19

A relevância da analogia alma-cidade n'*A república* para a construção do conceito de justiça
Gabriela Carvalho Carneiro 20

A razão pública em Rawls e o bem comum em Sandel: desafios e implicações em sociedades sobrecarregadas, com ênfase na realidade angolana
Garcia Matondo Vita Bige 21

O paradoxo e a utopia da razão pura
Giovanni Sarto 22

Considerações sobre o conceito de masoquismo moral em Freud
Helena Zoneti Rodrigues 23

O Nada e a poesia: a influência de Bergson em um texto de Guimarães Rosa
Heliakim Marques Trevisan 24

A política da inimizade como genealogia da pós-verdade
Hugusnardo de Carvalho Felix 25

A influência de Wilhelm Roux no conceito de corpo em Nietzsche
Israel Fabiano Pereira de Souza 26

O problema da unidade temática das *Meditações Cartesianas*
Israel Rossi Milhomem 27

O desejo entre Freud e Lacan, via Fichte
João Lucas Zanchi 28

Interdisciplinaridade sobre um olhar filosófico
Jonathan Braz de Souza 29

Economia Política e Moral no curso A sociedade punitiva de Michel Foucault
Lívia Francisco Arantes de Souza 30

Federici contra Foucault: notas sobre a subjetivação da mulher moderna
Lívia Pereira Salgado 31

A concepção de existencialismo como filosofia da ambiguidade em Simone de Beauvoir
Lucas Joaquim da Motta 32

A gênese do conceito de Razão (*Vernunft*) na filosofia pré-crítica de Kant
Marcelo Aparecido Vieira 33

Do antagonismo entre o Governo e o Soberano no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau
Marcelo Ferreira Junior 34

O papel da escrita de si em processos de compreensão e subjetivação acerca do indivíduo: Uma perspectiva Foucaultiana
Marcos Antonio da Silva Santos Ferreira 35

A redenção do corpo em Nietzsche
Marcos Machado 36

Democracia e corpo político em Claude Lefort e Jacques Rancière
Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho 37

Alguém fala por Platão?
Mateus Lima dos Santos 38

Justiça Comparativa: a teoria da justiça de Amartya Sen
Mateus Soares Flores 39

As indicações filosóficas sobre a Ciência do "jovem" Thomas S. Kuhn: Interpretações a partir das produções bibliográficos de 1951 até 1961
Matheus Jurandir Moreira 40

A heterogeneidade entre razão e entendimento na Dialética transcendental, da *Crítica da razão pura*
Patrícia Fernandes da Cruz 41

O problema da língua brasileira em Mário de Andrade
Rafael do Valle 42

O conceito de liberdade na *Crítica da razão pura*: a passagem da teoria para a prática
Rafael Tessare Dias 43

A educação negativa de Rousseau
Rafaela Fernanda Palhares 44

O papel do sujeito na formulação do enunciado científico
Richard Lazarini 45

"No descomeço era o verbo": o ser linguagem na busca pelo delírio perdido
Roberta Castrioto Browne 46

Dedução transcendental das categorias em Kant
Rodrigo de Oliveira Faria 47

O pensamento de Heidegger em Foucault
Rodrigo de Oliveira Figueiredo 48

O problema dos "neurônios-chave" no *Projeto de uma psicologia* de Freud
Samuel Estevão Vieira da Silva 49

Por um teatro não-aristotélico: uma das perspectivas de Brecht para reformar as bases teatrais burguesas
Sergio Carvalho da Fonseca 50

A materialidade enquanto efeitos de poder: a genealogia dos corpos em Judith Butler
Tatiane Vieira dos Santos 51

Idealização do opressor e sede de obediência na teoria freudiana
Tiago Carvalho Lombardi Tosta 52

Novas evidências para o tratamento da pluralidade gramatical em Wittgenstein: os lenhadores revisitados
Vinicius da Silva Perenha 53

Percepção e atenção à vida
Warley Kelber Gusmão de Andrade 54

Aproximações entre a filosofia cínica e a poesia de Manoel de Barros

Adam William Italiano

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
adamitaliano00@gmail.com

Resumo: A apresentação iniciará com uma introdução geral ao cinismo como um modo de vida, que inverte de forma escandalosa os quatro critérios de uma vida considerada verdadeira em seu tempo: 1) inverte a não-dissimulação, desassociando-a do pudor e dos princípios convencionais; 2) inverte o tema da vida sem mistura, transformando-a em uma vida de abnegação, mendicidade, sujeira, publicamente manifestada em seu próprio corpo; 3) inverte o princípio da vida reta desvinculando-a dos princípios e convenções sociais e associando a uma animalidade escancarada; por fim, 4) inverte o tema da vida soberana através de uma vida de antirrei, de militância, de combate, de luta. Depois, articularemos cada uma delas com poemas do poeta pantaneiro Manoel de Barros, traçando paralelos entre suas construções poéticas e a atitude cínica, com a finalidade de apresenta-lo como um poeta que subvertendo as normas gramaticais e os temas correntes da literatura, transforma em poesia o que é socialmente desprezado, encantando-nos com a beleza do desprezível que as vestes sociais e as normas encobrem. Com isso, pretendemos defender que a poesia de Manoel de Barros e o movimento cínico são modos de ver o mundo e expressá-lo, que partem de uma inversão crítica dos valores tradicionais e da normalidade, permitindo que enxerguemos por trás das vestes do rei, sua escandalosa nudez.

Palavras-chave: Manoel de Barros; Cinismo; Inversão.

Gramática pura e sintaxe lógica: sobre a relação entre significação e objeto em Husserl e Wittgenstein

Andressa Alves Souto

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
andressasouto@hotmail.com

Resumo: Meu objetivo na presente apresentação é estabelecer um confronto entre a recusa do paralelismo entre significação e significado, estabelecida pela gramática pura que Husserl esboça nas *Investigações Lógicas*, com o isomorfismo entre significação e significado estabelecido pela sintaxe lógica de Wittgenstein, no *Tractatus*. Nesta última, o sentido de uma proposição é determinado pelas possibilidades combinatórias entre os elementos que a constituem - os nomes. Estes, por sua vez, devem possuir uma configuração sintática que reflita a configuração dos objetos por eles significados, enquanto a proposição deve refletir as possibilidades de articulação entre estes elementos. A sintaxe lógica determina, então, que uma proposição deve compartilhar com a realidade a mesma estrutura, ou seja, a mesma forma lógica. Por outro lado, a gramática pura husserliana, apresentada na Quarta Investigação Lógica, determina que o domínio da significação tem suas próprias regras, que não possuem qualquer relação com o modo em que se articulam os objetos significados. Neste caso, a significatividade de uma proposição é garantida não por algum tipo de espelhamento entre o plano semântico e o plano ontológico, mas pelo cumprimento das regras apriorísticas internas ao próprio domínio da significação, que estabelece as possibilidades combinatórias entre categorias de significação numa sentença. Através do confronto entre o modo como ambos os autores concebem, nas obras mencionadas, a relação entre significação e significado, procuro evidenciar que a despeito das diferenças cruciais entre a gramática pura das *Investigações* e sintaxe lógica do *Tractatus*, ambos compartilham de uma concepção clássica de linguagem, segundo a qual ela teria uma forma essencial, que poderia ser abstraída de seu conteúdo empírico.

Palavras-chave: Gramática pura; Sintaxe lógica; Significação; Objeto; Proposição.

O devir e a essência: investigação sobre as ordens de realidade em Marx e Hegel

Bruno Fernandes

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
brunofernandes@estudante.ufscar.br

Resumo: A relação entre Marx e Hegel é a principal via para compreender a relação entre marxismo e filosofia. Contudo, no século XX, consolidaram-se interpretações que afastam esses autores, sobretudo por meio da contraposição entre o jovem e o velho Marx. O problema é que há uma filiação do marxismo ao pensamento hegeliano, seja a partir de uma dialética do devir, relacionada com uma lógica do desenvolvimento que fundamenta a ascensão e a queda dos sistemas sociais na história mundial, seja a partir de uma dialética da essência, relacionada com a articulação de categorias entre si, designadas a conceituar um todo concreto existente. Como afirmam os autores em obras tardias, por exemplo nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, de 1820, e nos *Grundrisse*, de 1857/1858, não podemos confundir essas ordens de realidade. Portanto, conservando a existência epistemológica clássica, eles parecem não confundir "fundamento" com "existência real", "origem histórica" com "princípio conceitual". Ora, como entrecruzar essas ordens afastando-se do dualismo, do idealismo e das soluções clássicas? Considerando a dicotomia a respeito da dialética, proponho, primeiro, investigá-la em Hegel e Marx, depois, estabelecer os limites da filiação do materialismo à dialética e, por fim, como esses limites reorientaram a própria filosofia.

Palavras-chave: Hegel; Marx; devir; essência.

A teoria das classes de Russell frente a matemática do XIX

Caio Whitaker Tosato

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CNPq
caio.whitaker.tosato@gmail.com

Resumo: Pretendo apresentar uma leitura epistemológica da teoria das classes de Bertrand Russell, exposta no *The Principles of Mathematics*, levando em conta a pretensão nela envolvida frente a matemática do século XIX. Neste livro o filósofo inglês pretende estabelecer um sistema capaz de deduzir toda a matemática de modo unificado partindo apenas de constantes lógicas como pressupostos indefiníveis. Ele pretende, com isso, estabelecer um sistema completo e consistente, isto é, respectivamente, capaz de deduzir todos os teoremas de seus axiomas e de modo não contraditório. Este aspecto pode ser apreendido de modo claro na lógica de classes apresentada na primeira parte do livro. Entretanto, esta teoria surge apenas após o encontro de Russell com Giuseppe Peano em 1900, mas a pretensão de unificação da matemática já estava presente nos primeiros manuscritos do livro elaborados entre agosto de 1899 e junho de 1900, sob influência da corrente matemática alemã denominada aritmetização da análise, cujos nomes destacados pelo autor são os de Weierstrass, Dedekind e Cantor. Sob a influência sobretudo do último, o qual propôs (a partir dos ensinamentos do primeiro) uma aritmética para os números finitos e transfinitos, a teoria das classes admite a existência de classes finitas e infinitas. As primeiras podem ser enumeradas de modo extensivo, enquanto as segundas apenas podem ser concebidas através de um conceito intensivo. Desta forma, o conceito de classe apresentado no *The Principles of Mathematics* tem relação direta com a chamada teoria dos conjuntos transfinitos [*transfiniten mengelehre*] da matemática de Cantor. As relações entre a teoria das classes e a teoria de Cantor deu origem a muitos dos desenvolvimentos construtivos do sistema de Russell, mas estas relações também deram origem a contradição que arruinou as pretensões deste sistema. A falência do sistema é, sem dúvidas, o ponto mais ressaltado por Russell e por seus comentadores. Entretanto, para compreender a estrutura positiva e negativa da obra de Russell é preciso, primeiramente, uma análise do conceito de classe, o que proponho realizar.

Palavras–chave: Lógica; Matemática; Epistemologia.

Os elos entre duas estéticas: um diálogo inacabado entre Gilda de Mello e Souza e Mário de Andrade

Carlos Henrique dos Santos Fernandes

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
krlos_mus@hotmail.com

Resumo: Nesta comunicação apresento algumas aproximações entre as estéticas de Mário de Andrade e de Gilda de Mello e Souza, defendendo um uso próprio da filósofa e crítica de arte brasileira do pensamento estético do modernista, a partir das reflexões de Bento Prado Júnior no ensaio *Narciso e o colecionador ou o ponto cego do criador*, publicado em 2006. Para isso, tomo como fio condutor de minha pesquisa a seguinte questão: em que medida posso considerar Mello e Souza herdeira de uma estética moderna, ou, mais especificamente, herdeira de uma estética modernista marioandradeana? De início, exponho sumariamente os elementos estéticos aparentados por Prado Júnior entre os dois intelectuais, a saber: a precariedade do criador, a autonomia das formas e a recepção da obra de arte. E, em seguida, sustento ensaisticamente o conceito de inacabado como sendo também um meio de aproximação entre ambos. Por fim, procuro esclarecer em que medida as teses estéticas de Mário de Andrade não se deram de maneira passiva, como mera influência sobre o pensamento de Mello e Souza, mas, sim, de forma ativa, criativa e crítica. Isso sendo possível, a meu ver, graças a um procedimento, ou, se se quiser, "método", que, ouso apontar provisoriamente, permitiu que Mello e Souza desdobrasse aquelas teses, então marcadas pela psicologia e pela fenomenologia da época, ao enlear-se a outras abordagens ao longo da segunda metade do século XX, como, por exemplo, a semiótica, a teoria crítica e a teoria da comunicação.

Palavras-chave: Estética; Filosofia; Gilda de Mello e Souza; Inacabado; Mário de Andrade.

Notas sobre a filosofia grega no *Cours d'Histoire* de Condillac

David Ferreira Camargo

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
ferreiracamargodavid@gmail.com

Resumo: No volume VI do *Cours d'Études*, denominado *Cours d'Histoire*, Condillac tem como objetivo apresentar lições ao seu aluno, o príncipe de Parma, para fazê-lo observar um ponto de vista da história, não em seus detalhes e completude, mas em seus progressos. Isto quer dizer, observar o nascimento e desenvolvimento das ciências e das artes que fariam determinado povo ser notável, apontar revoluções que permitiram mudanças de governo e costumes, bem como a formação de um juízo que poderia estabelecer a diferença entre esclarecimento e barbárie. Sob o ponto de vista das ciências e das artes, Condillac observa o pensamento antigo, sobretudo, do povo grego que forneceu enorme material para o estudo de sua história, em que se destaca o que poderíamos chamar de "história da filosofia grega". Nesse sentido, esta comunicação buscará apresentar, conforme o pensamento de Condillac, um método de análise crítica da história, tomando como recorte para tal análise o Livro III do *Cours d'Histoire Ancienne*. Será preciso notar como esse método de análise, desenvolvido e utilizado por Condillac, adequar-se-ia a esse tipo de leitura da história de um determinado povo, e neste caso, recortando alguns apontamentos da filosofia grega.

Palavras-chave: História; análise; crítica; Condillac.

Tempo para a criação: o Diário como instauração poética do cotidiano e forma de resistência

Eder Aleixo

Doutorando em filosofia [UFABC]
Bolsista CAPES
aleixoeder@gmail.com

Resumo: A comunicação analisará as possibilidades de criação na sociedade da informação, partindo do gênero textual Diário, para pensar o registro da cotidianidade da vida como prática criativa e reflexiva, resistente às políticas de tempo contemporâneas. A reflexão acompanhará os diagnósticos do filósofo Byung-Chul Han sobre a contemporaneidade digital e as práticas artísticas. A exposição se concentrará nas considerações do autor sobre o tempo a partir de dois parâmetros: 1) sua abordagem do cotidiano e da cotidianidade; 2) suas discussões sobre o tempo do ritual e a ritualização do tempo em *O desaparecimento dos rituais: uma topologia do presente* (2021). Essas abordagens embasarão a investigação sobre as potências do fazer discursivo do gênero diário a partir do vocabulário conceitual do filósofo e uma tentativa de aproximação entre tal escrita e a arte. Para o autor, no cenário de crise das práticas rituais e da temporalidade que descreve, a contemporaneidade digital sofre de um tempo acelerado e esfacelado em instantes barulhentos e sem duração, o que produz o fim do tempo da contemplação e da pausa reflexiva. Nesse sentido, o ato ritualizado de escrever um diário pode ser visto como um exercício de pausa e reflexão sobre o cotidiano, afastando-se das políticas do tempo digital e neoliberalizado, o que pode ser considerado ato de resistência enquanto criação de outro tempo para a vida. Por fim, cabe salientar que o gênero diário foi escolhido porque Han utiliza-o como gênero textual para sua criação filosófica no livro *Louvor à Terra: uma Viagem ao Jardim* (2021), que inclui ensaios curtos e excertos de seu diário entre julho de 2016 e novembro de 2017, nos quais o autor filosofa sobre a arte de jardinar, dando corpo a uma filosofia do ritual do trabalho cotidiano na criação de seu jardim de inverno.

Palavras-chave: Arte da vida; Cotidianidade; Tempo; Diário.

Uma leitura das refutações kantianas do idealismo empírico na *Crítica da razão pura* de I. Kant a partir do conceito de "fenomenismo epistêmico" de R. H. de S. Pereira

Ernane São João Garcia

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CNPq
ernanegarcia@gmail.com

Resumo: Nosso objetivo é compreender a argumentação das passagens da *Crítica da razão pura* (CRP) em que I. Kant refuta o "idealismo empírico", como no IV Paralogismo e na Refutação do Idealismo, e/ou em que o filósofo simplesmente distingue de tal posição a sua própria, que ele denomina "idealismo transcendental" (IT), como na Sexta Seção das "antinomias". No IV Paralogismo e na Seção Sexta das Antinomias, Kant opera ambas as coisas mediante a premissa de que "os fenômenos são meras representações", e em função da qual define o IT. Historicamente, constatamos que essa premissa tem sido interpretada de duas maneiras opostas: uma a considera equivalente à tese de G. Berkeley de que *esse est percipi* (ser é ser percebido), amplamente chamada na literatura de "fenomenismo ontológico"; a outra confunde o "gênero" 'fenomenismo' com a espécie "ontológica" e, ao negar que haja convergência entre tal premissa e o idealismo berkeleyano, infere disso que o IT não implica nenhuma espécie de "fenomenismo". Argumentamos que as duas interpretações são problemáticas. A primeira porque parece contradizer várias passagens da CRP – e também dos *Prolegômenos* – que sugerem que a existência dos fenômenos externos não dependeria atualmente da percepção, i.e., o oposto da tese berkeleyana; a segunda porque a negação de que a premissa referida equivaleria à tese do "fenomenismo ontológico", simplesmente não se segue que o IT não implique nenhuma outra espécie de "fenomenismo". Com efeito, leituras mais recentes têm distinguido entre outras espécies de "fenomenismo" no âmbito do IT. Uma delas é a de R. H. de S. Pereira, segundo a qual o IT implicaria uma espécie "epistêmica" de 'fenomenismo', oposta à "ontológica". Defendemos que a leitura pereiriana supera os problemas que encontramos nas duas leituras mencionadas, sendo, portanto, uma interpretação mais coerente da premissa em questão.

Palavras-chave: Theodor W. Adorno; pseudoindividualidade; fetichismo na música; regressão da audição; indústria cultural.

A impessoalidade dos contextos virtuais de interação

Felipe Eleutério Pereira

Mestrando em Filosofia [UNESP]
Bolsista FAPESP
felipe.eleuterio@unesp.br

Resumo: Nosso objetivo é analisar a possibilidade de instanciação de relações de segunda pessoa em contextos virtuais, especialmente de videochamadas, como por Skype e Google Meet. Relações de segunda pessoa são definidas pela condição de realização que envolve uma dinâmica recíproca entre os agentes, que se encontram em situações presenciais, no aqui-agora, como argumentam atualmente Diana Perez e Antoni Gomila. Mas essas relações podem ser rastreadas desde os escritos de Martin Buber na primeira metade do século XX e sua caracterização das relações de tipo "eu-tu". Em uma interação desse tipo, para Buber, a identidade de um interlocutor e do outro são apreendidas diretamente pela interação, sem nenhuma categoria prévia operando por parte dos envolvidos, porque a linguagem não os alcançaria em seu constante devir e singularidade. Buber afirma que a relação eu-tu é direta; entre o eu e o tu não há nenhum sistema de ideias, nenhuma previsão, nenhuma fantasia. Melhor, todo meio seria um obstáculo. Ao retomar essa caracterização, a filósofa indiana Vasudevi Reddy dá um exemplo desse tipo de interação: alguém está conversando com *X*, que de repente sorri profundamente para aquele e olha nos seus olhos. Ele se sente sorrir e experimenta uma calorosa sensação de felicidade misturada com um sentimento de timidez. O que ele vê em *X* e o que ele sente e vivencia em si mesmo fazem parte da mesma experiência, ressalta a filósofa. Com base nessa caracterização, inúmeros trabalhos mais recentes buscam desenvolver essa ideia, especialmente por Diana Pérez e Antoni Gomila. Com base nesses autores, buscaremos responder se interações de segunda pessoa seriam possíveis nos contextos mediados de videochamadas, nos quais, é importante ressaltar, predomina a audiovisualidade e certo recorte do corpo expressivo. Argumentamos, por fim, que não são possíveis interações significativas de Segunda Pessoa em contextos virtuais, pois não contemplam a contingência recíproca própria de interações enriquecidas pelo jogo corpo a corpo. Ademais, a quebra na interação, como costuma acontecer pela internet, sinaliza impessoalidade, cuja marca é a artificialidade e seu oposto é o holismo da comunicação não-verbal, a expressão corporal completa e não apenas parcial.

Palavras-chave: Reconhecimento interpessoal; Pessoalidade; Perspectiva de Segunda Pessoa; Tecnologias de Informação e Comunicação.

Anacronismo e trans-historicismo nas leituras de Nozick e Macpherson acerca do pensamento de Locke

Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
fottonicar@gmail.com

Resumo: Robert Nozick e Macpherson são dois intérpretes do pensamento de John Locke que têm algo em comum: ambos veem no filósofo a defesa do direito à propriedade privada de forma ilimitada, o que significa dizer que, para esses comentadores, Locke defendia que o direito à propriedade privada não deveria ser limitado nem pelo Estado nem por qualquer norma de moralidade. Nozick viu em Locke uma espécie de antecipação do liberalismo radical (que pode ser chamado de *libertarianism*) do qual ele mesmo foi um defensor na década de 1970 e, para fornecer a essa espécie de ideologia algum embasamento intelectual e associá-la a algum nome de importância na história da filosofia, recorreu a Locke e sua clássica defesa da propriedade privada no capítulo V do *Segundo Tratado Sobre o Governo*. De outro lado, Macpherson interpreta o pensamento lockeano como antecipador do capitalismo que se estabeleceu no ocidente cerca de um século depois dos escritos do filósofo britânico. Macpherson conseguiu encontrar em Locke elementos da sociedade capitalista que definitivamente não estavam presentes em seu contexto imediato. Na presente apresentação será defendido que a postura de Nozick em relação ao pensamento de Locke é o que pode, sem grandes problemas, ser chamada de "anacrônica", uma vez que despreza em absoluto o contexto próprio em que Locke escrevia. Além do anacronismo de Nozick, a postura de Macpherson, será preliminarmente chamada de "trans-histórica" pois, diferentemente de Nozick, que ignora o contexto, Macpherson lê Locke de maneira "historicista", ou seja, fortemente contaminada pela totalidade histórica, levando em conta não apenas o contexto próprio de Locke (o que seria razoável em uma interpretação histórica), como também aquilo que se desenvolveu na sociedade ocidental anos e séculos depois da passagem de Locke por essa vida.

Palavras-chave: Locke; Nozick; Macpherson; Propriedade privada.

Notas sobre o vínculo entre antagonismos sociais e sofrimento em Theodor Adorno

Dario de Negreiros

Mestrando em Filosofia [USP]
Bolsista FAPESP
gabrielkugnharski@hotmail.com

Resumo: O intuito da presente comunicação é expor e articular os principais elementos em torno do vínculo entre antagonismos sociais e sofrimento nos textos sociológicos tardios de Theodor Adorno. O intuito é interpretar a ênfase dada pelo teórico crítico à persistência dos antagonismos sociais – o diagnóstico em torno da integração como uma "camada fina" sob a qual se encontra um processo de desintegração social –, a partir sobretudo dos danos sobre os processos de socialização. Atento às transformações estruturais do capitalismo, Adorno percebe os riscos de se insistir acriticamente na noção de "luta de classes", e, portanto, ele busca apreender o antagonismo a partir de seus deslocamentos e efeitos nos processos de socialização, através do exame de elementos extraídos da esfera privada e psicológica. Se o conflito fundamental não desaparece, mas apenas *se desloca*, as fissuras da totalidade deverão ser procuradas na própria experiência subjetiva, nas distorções das relações interpessoais e no sofrimento individual, que serão considerados como as marcas de uma integração que não se completou. Nesse sentido, analiso o ensaio *Notas sobre o conflito social hoje* (1968), escrito em colaboração com a socióloga Ursula Jaerisch, no qual os antagonismos sociais são apreendidos a partir de uma análise micrológica de detalhes da vida privada e fenômenos individuais aparentemente desprovidos de sentido. Se analisado juntamente com outros textos desse período, como *Aspectos do novo radicalismo de direita* (1967), esse ensaio traz uma ênfase sobre o potencial violento inscrito nos antagonismos sociais não resolvidos. Do ponto de vista metodológico, o texto de Adorno e Jaerisch aponta para uma abordagem sociológica que seria a mais apropriada para expor e criticar os antagonismos sociais, pois a esfera privada é apresentada como um domínio crucial para compreensão dos processos sociais fundamentais. Não por acaso, em referência clara à psicanálise, os autores concebem os conflitos como "atos falhos sociais" [*gesellschaftliche Fehlleistungen*]. Por fim, procuro desenvolver brevemente um aspecto apenas indicado no ensaio: a esfera privada concebida não apenas como atravessada pela dominação, mas também como um âmbito capaz de resistir e se opor a ela.

Palavras-chave: Theodor Adorno; Ursula Jaerisch; antagonismos sociais; integração; sofrimento.

O estatuto da Natureza nos ensaios de Albert Camus

Gabriel Leva

Mestrando em Psicologia [FFCLRP-USP]
Bolsista FAPESP
gabriel.leva.fm@usp.br

Resumo: Nosso objetivo é elucidar as transformações e continuidades do estatuto da Natureza nos dois principais ensaios de Albert Camus: *O mito de Sísifo* (1942) e *O homem revoltado* (1951), ambos representando, respectivamente, as fases absurda e revoltada de seu pensamento. A Natureza é um tema recorrente na obra de Camus, como um elemento capaz de transitar entre os polos do absurdo e da revolta, conceitos-chave na obra camusiana. N'*O mito…* entre a densidade do mundo natural e a aspiração humana pelo absoluto, há confrontação permanente e impossibilidade de unificação, daí nasce o absurdo: inicialmente como um sentimento, um despertar afetivo diante da condição humana, sua gratuidade e finitude e, posteriormente, passível de ser tornado em razão e lucidez. N'*O homem revoltado* é entre a transformação do mundo, sua reorganização através da inteligência e a imprescindibilidade do mundo em si, é que nasce a revolta: tensão permanente entre exaltar e negar a realidade, reordenando-a. A Natureza, para Camus, parece emanar do mundo, através da beleza natural das paisagens, destacada sempre pelo mar e o sol, e ser capaz de penetrar a dimensão humana, como ânsia de unificação ou inteligência ordenadora, em uma condição de contato. Assim, mesmo que o pensamento Camusiano seja marcado por uma constante confrontação de duplos, um divórcio, tanto no absurdo, quanto na revolta, a Natureza parece ser capaz de uma espécie de sedução, ainda que impermanente e frágil, estabelecendo um atravessamento afetivo: entre homem e mundo, no absurdo; entre exaltação e negação, na revolta. Esperamos elucidar essas transformações do estatuto da Natureza em Camus através da continuidade e realocação que o conceito parece ter entre seus dois ensaios, estabelecendo um lugar para a Natureza enquanto sedução, atravessamento e contato, um solo comum através das contradições camusianas.

Palavras-chave: Albert Camus; Natureza; Absurdo; Revolta.

Sobre a possibilidade de uma Temporalidade Mítica na obra de Albert Camus

Gabriel Villatore Bigardi

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
gabrielx95@gmail.com

Resumo: A presente comunicação visa estabelecer as noções de Temporalidade presentes na obra de Albert Camus, a partir da reconstrução dos movimentos apresentados nas obras de sua primeira fase (denominada o Ciclo do Absurdo, em especial no ensaio filosófico *O Mito de Sísifo*) e de sua segunda fase (denominada o Ciclo da Revolta, em especial no ensaio filosófico *O Homem Revoltado*). Diante disto, busca remontar às *possibilidades e precisões dessas noções na terceira fase* (centralizada sob o conceito de Medida, através do Mito de Nêmesis), cujo romance inacabado, *O Primeiro Homem*, é sua principal representação. Para tal fim, nossa hipótese visa realizar: 1) A evidenciação das diferentes noções de Temporalidade na obra de Camus, marcadas pela noção do Absurdo na primeira fase (Temporalidade Absurda) e da Revolta na segunda fase (Temporalidade Histórica); 2) Precisar, a partir destas noções, a hipótese do estabelecimento da noção de Temporalidade como Mítica na terceira fase projetada por Albert Camus através da obra *O Primeiro Homem*; 3) Responder à problemática da possibilidade ou não de, *a partir deste movimento da noção da Temporalidade presente na obra de Camus (Tempo Absurdo, Histórico e Mítico), estabelecer a reconstituição do Tempo através da Poética, no sentido lido pela Filosofia Contemporânea Francesa, em especial de Paul Ricoeur*.

Palavras-chave: Temporalidade Mítica; Albert Camus; Obra Poética; Absurdo; Existencialismo.

A relevância da analogia alma-cidade n'*A república* para a construção do conceito de justiça

Gabriela Carvalho Carneiro

Doutoranda em Filosofia [UFG]
Bolsista CAPES
gabriela_carvalho_carneiro@discente.ufg.br

Resumo: *A república* versa, especialmente, sobre a justiça. A definição desse termo perpassa diversas argumentações. A fim de delimitar o que a justiça é, Platão propõe, inicialmente, uma análise da *polis* para, em seguida, encontrar a unidade da justiça que seja aplicável a *polis* e também a *psyche*. Parece razoável a percepção de que o que há na *polis* seja consequência e reflexo do que há entre os cidadãos que constituem essa mesma *polis*. No entanto, compreender que uma cidade seja justa, por exemplo, se e somente se seus cidadãos o forem soar como um absurdo: isso equivale a dizer que algo deterá uma característica se suas partes constituintes também deterem essa mesma característica. Ou seja, x será justo se suas partes também forem justas. Além disso, poderíamos cair também no absurdo de dizer que uma cidade tem exatamente as mesmas partes que constituem a alma: cidade e alma são elementos diversos, e não idênticos. Essa questão, central na presente pesquisa, norteia a análise de como a definição de justiça pode se estabelecer a partir da analogia entre alma e cidade. Dessa maneira, o objeto central desta comunicação é a compreensão dos limites e das possibilidades de entendimento do que é a justiça n'*A república* a partir da analogia alma-cidade, como mencionado. A justiça é vivida socialmente se os elementos psíquicos dos cidadãos forem organizados e estruturados em conformidade com ela. Há, portanto, uma relação de interdependência entre a organização psíquica e a social para a construção de uma unidade de justiça. Para o desenvolvimento desta pesquisa, os Livros II, IV e VII, d'*A república*, são centrais, além de estudiosos como Lear, Williams e Ferrari.

Palavras-chave: Justiça; alma; cidade; *A república*.

A razão pública em Rawls e o bem comum em Sandel: desafios e implicações em sociedades sobrecarregadas, com ênfase na realidade angolana

Garcia Matondo Vita Bige

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
gbige@estudante.ufscar.br

Resumo: A nossa pesquisa tem como foco a comparação das perspectivas de John Rawls e Michael Sandel em relação aos conceitos de "razão pública" e "bem comum" em sociedades sobrecarregadas, com ênfase na realidade angolana. Sandel, em sua obra "O Liberalismo e os Limites da Justiça", apresenta uma visão que contrasta com a abstração presente na Teoria da Justiça de Rawls, questionando essa teoria. O estudo aprofunda as diferenças nas perspectivas desses dois filósofos sobre esses conceitos cruciais. Ambos debatem questões que transcendem a mera consideração da escassez; concentrando-se na estrutura social. Rawls, em *A lei dos povos e a ideia de razão pública revisitada*, incorpora críticas de Sandel, adaptando sua teoria para enfatizar que sociedades bem ordenadas devem buscar a transformação justa de sociedades sobrecarregadas, como Angola. As diferenças fundamentais entre os dois pensadores também são destacadas. Sandel enfatiza a primazia da "comunidade", vendo o indivíduo como uma extensão dela, enquanto Rawls coloca ênfase na "liberdade e igualdade dos indivíduos", reconhecendo cidadãos como agentes livres e iguais na definição de princípios de justiça por meio da posição original. O objetivo central da pesquisa é explorar como a democracia e a justiça social podem evoluir em sociedades sobrecarregadas, onde líderes políticos e funcionários não são necessariamente motivados pela busca da razão pública ou pelo bem comum, conforme propostos por Rawls e Sandel, respectivamente. A pesquisa se baseará em uma análise minuciosa das obras desses filósofos, bem como de outros pensadores liberais e comunitários, incluindo comentadores e críticos das duas abordagens. A contribuição desejada da pesquisa é promover uma sociedade justa e inclusiva, onde os cidadãos atuem sinceramente para o bem comum, compartilhando recursos e influenciando positivamente uns aos outros. Isso implica em respeitar diversas concepções do bem na busca por um bem compartilhado, em oposição à opressiva meritocracia, visando reduzir desigualdades e perpetuar a justiça em sociedades sobrecarregadas.

Palavras Chave: Razão pública; bem comum; sociedades sobrecarregadas; justiça política.

O paradoxo e a utopia da razão pura

Giovanni Sarto

Mestrando em Filosofia [USP]
Bolsista FAPESP
g_sarto@usp.br

Resumo: Trata-se de introduzir uma interpretação do "Ideal da razão pura", capítulo da "Dialética transcendental", situado na *Crítica da razão pura* de Kant e momento decisivo do pensamento teológico do filósofo. O ideal da razão pura, objeto do capítulo homônimo, representa um procedimento tanto dialético como natural à razão. Se determinar é comparar dois predicados opostos em favor da posição de um dentre eles, a determinação completa não pode prescindir da comparação entre todos os pares de predicados contidos no conjunto completo de todos os predicados possíveis. Agora, só é possível afastar um predicado (negar) na medida em que uma afirmação oposta subjaza a essa negação. Isto significa que as negações são conceitos derivados e que para que seja possível negar a razão pressupõe, como condição dessa possibilidade, um substrato comum que contém a totalidade do conteúdo que serve de suporte a essas negações, a realidade ilimitada, que será realizada, hipostasiada e, por fim, personificada no ser realíssimo, forma acabada do ideal da razão pura. A formação do ideal corresponde, no entanto, a um paradoxo. Entregue à sua dinâmica própria, ele culmina na personificação de duas tendências opostas da razão. Ele é a representação mais abstrata e, portanto, mais universal que a razão consegue produzir, o conceito supremo, que serve de princípio para a determinação completa de um indivíduo particular, num movimento que vai do mais universal e abstrato ao mais singular e concreto. A determinação, aqui, é especificação. Para determinar, a razão deduz, ao modo de um silogismo disjuntivo, o particular do universal, abandonando as condições de um entendimento discursivo, que vai da parte ao todo e para o qual a matéria precisa ser dada, e se assemelhando a um entendimento intuitivo. Por isso denominamos o ideal de "utopia da razão discursiva". Ao mesmo tempo, individualizado no *ens realissimum*, ele corresponde ao substrato material completamente determinado, isto é, singular, que contempla em si a realidade suprema. Maximamente universal e completamente determinado, formulação que é em si mesma paradoxal. Por fim, deseja-se concluir a exposição convidando à reflexão acerca da relação possível entre paradoxo e utopia.

Palavras-chave: Ideal; ser realíssimo; paradoxo; utopia; ideal da razão pura.

Considerações sobre o conceito de masoquismo moral em Freud

Helena Zoneti Rodrigues

Mestrando em Filosofia [USP]
Bolsista CAPES
helenazonetirodrigues@estudante.ufscar.br

Resumo: A presente comunicação abordará uma possível análise sobre o conceito de masoquismo em Freud a partir da nova teoria pulsional e tópica tratada no ensaio *Além do princípio do prazer* (1920) e *O problema econômico do masoquismo* (1924). Quando Freud redobra seu olhar a este termo, o masoquismo emergiria semelhante a um "mecanismo" pulsional que participa na elaboração de "uma culpa inconsciente e universal", ou necessidade de punição do comportamento neurótico intrínseco ao Complexo de Édipo, pertencente ao Eu que extrai prazer de maneira masoquista destas punições do Supereu (o atuante sádico). A este "masoquismo", Freud o chama de "masoquismo moral": são punições de caráter mais impessoal e coletivo, condição suplementar entre o Eu masoquista e o Supereu sádico, resultante dos precipitados da dissolução do complexo de Édipo e das exigências do Supereu. Por conseguinte, ao observar que este compêndio do masoquismo moral pode se desvelar necessário ao advento da cultura (*Kultur*) e moralidade (*Sittlichkeit*), cabe averiguar a viabilidade ou inviabilidade de concatenar o conceito de masoquismo ao âmbito da moral. Desta forma, o masoquismo moral denotaria, como consequência de uma regressão em relação à consciência moral, um processo de ressexualização da culpa devido à relação entre Eu e Supereu. Se é possível pensar que o sentimento de culpa é marca da cultura e da civilização, mais ainda, da própria moral e "normatividade", torna-se necessário localizar a centralidade do masoquismo naquilo de mais transgressor à civilização: o assassinato, o parricídio e o canibalismo tratados em *Totem e Tabu* (1912-1913) pode evidenciar, a partir da culpa destes atos violadores, o desenvolvimento e o processo da consciência moral no gênero humano. Portanto, o objetivo desta comunicação é apresentar como os temos "culpa", "consciência moral", "masoquismo" e "Édipo" se entrelaçam.

Palavras-chave: Masoquismo; Complexo de Édipo; Masoquismo moral.

O Nada e a poesia: a influência de Bergson em um texto de Guimarães Rosa

Heliakim Marques Trevisan

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CNPq
heliakim_trevisan@hotmail.com

Resumo: Nossa apresentação se propõe a analisar a influência bergsoniana no texto "Aletria e hermenêutica", de João Guimarães Rosa, que prefacia o livro *Tutameia (Terceiras estórias)*. A partir de uma análise sobre o conceito de Nada, o escritor mineiro apresenta uma rica série de exemplos literários que surgem de um *não-senso que reflete a coerência do mistério geral*. Dessa forma, enquanto para Bergson o Nada é uma função da ação pragmática, que surge da ausência daquilo que a vontade concebe, ou seja, uma ilusão *práxis* que não possui um valor ontológico ou transcendente, Guimarães Rosa se vale deste conceito para pensar a criação de diferentes modos de produção poética e literária, a partir de diversos exemplos que ilustram o seu pensamento. Nosso intuito, portanto, é apresentar esta rica apropriação que João Guimarães Rosa faz de Henri Bergson, e que significa um uso inesperado do pensamento deste filósofo, uma vez que a investigação a respeito do conceito de Nada não costuma ser uma porta de entrada para o estudo de uma Estética no pensamento do filósofo francês. Assim, ainda que se trate de uma apropriação bastante inesperada, uma vez que o Nada significa o oposto daquilo que a intuição oferece, isto é, uma plenitude, a própria fratura *sui generis* que Guimarães Rosa opera na linguagem a partir do uso da ideia de Nada reencontra uma das condições do método metafísico de Henri Bergson, qual seja, a capacidade de quebrar o ritmo habitual da linguagem.

Palavras-chave: Poesia; Nada; imaginação; duração.

A política da inimizade como genealogia da pós-verdade

Hugusnardo de Carvalho Felix

Mestrando em Filosofia [Université de Toulouse Jean Jaurès]
Bolsista Agence exécutive européenne pour l'éducation et la culture (Erasmus Mundus Europhilosophie)
hugusfelix@gmail.com

Resumo: Isso que identificamos como pós-verdade consiste em um fenômeno complexo que reenvia de modo incontornável à discussão sobre a relação entre verdade e política. A problemática que surge da suposta ausência ou subversão da verdade é a desintegração social. Neste sentido, a pós-verdade aparentemente é considerada como um fenômeno que solapa a possibilidade de se alcançar o consenso através de uma base comum promovida pela verdade e, por isso, esse fenômeno é considerado pela maioria de seus críticos como uma ameaça ao processo de aprimoramento da democracia liberal. Do ponto de vista conceitual, as explicações de tal ocorrência tendem a apontar as emoções como sendo a causa, pois o fato de a pós-verdade ser definida a partir do apelo às emoções é precisamente o que a coloca como antagonista do paradigma tradicional da verdade, este que é racional por ser objetivo e neutro. Entretanto, conforme demonstra Foucault, o mesmo paradigma de verdade, o da correspondência, que tem acompanhado o projeto ocidental desde a Modernidade é marcado pela necessidade do exercício de uma autoridade externa. Assim, se, por um lado, o paradigma tradicional da verdade como correspondência, caracterizado pela objetividade e neutralidade racional e pelo exercício da autoridade, é a base do projeto ocidental moderno e, por outro, a pós-verdade, baseada nas emoções e na contestação da autoridade científica, parece marcar a crise do mesmo projeto ocidental, quais elementos políticos e epistemológicos permitem explicar a passagem de um para outro? O objetivo desta comunicação é o de apresentar uma leitura mais ampla do que aquelas que descrevem a pós-verdade exclusivamente como uma ameaça ao ideal democrático. Para isso, a elaboração conceitual de uma genealogia da pós-verdade terá como ponto de partida a discussão clássica sobre a rivalidade entre verdade e política, tratará da especificidade da noção do político proposta por Carl Schmitt e abordará a leitura de Achille Mbembe sobre a democracia moderna a fim de caracterizar a pós-verdade como expressão da política da inimizade.

Palavras-chave: Genealogia; pós-verdade; política.

A influência de Wilhelm Roux no conceito de corpo em Nietzsche

Israel Fabiano Pereira de Souza

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
akularith@gmail.com

Resumo: A pesquisa das fontes é um importante instrumento para a compreensão das influências que Nietzsche teve no decorrer de seu pensamento. Dentre os autores mais influentes, podemos encontrar o embriologista Wilhelm Roux, pai da Mecânica do Desenvolvimento. As leituras que Nietzsche realizou sobre o livro *Der Kampf der Teile im Organismus* (A luta das partes no organismo) não apenas reforçaram várias concepções que o filósofo há muito possuía, como também deu uma nova luz ao problema do orgânico e do corpo dentro da filosofia nietzschiana. Dessa forma, a presente comunicação tem como objetivo analisar a influência que Roux teve na concepção de corpo em Nietzsche. Destacam-se a ideia de que o organismo é produto de uma luta interna que ocorre nas células, nos tecidos e nos órgãos. Esta luta é decorrente da desigualdade entre as partes, que lutam por alimento e crescimento entre si. Além disso, Nietzche parece bastante interessado nas ideias de assimilação e supercompensação que o embriologista desenvolve, levando esses conceitos-chave para outros âmbitos de sua reflexão, como a moral. Por fim, examinaremos a concepção de que o corpo é um tipo de hierarquia, na qual suas partes mantêm uma certa harmonia interna. O conceito de autorregulação se mostra importante nesse sentido, uma vez que ela é responsável pela manutenção do próprio corpo. Pretendemos mostrar, com esses pequenos apontamentos, o quanto Nietzsche vê em Roux um aliado na sua reflexão sobre o corpo e na premissa de que é preciso tomar o corpo como fio condutor.

Palavras-chave: Corpo; Nietzsche; Roux.

O problema da unidade temática das *Meditações Cartesianas*

Israel Rossi Milhomem

Mestrando em Filosofia [USP]
Bolsista FAPESP
israel.milhomem@usp.br

Resumo: Sabe-se que, dos livros escritos por Edmund Husserl, aquele que possui uma reflexão mais bem acabada e extensa acerca da alteridade, subsumida à teoria da intersubjetividade transcendental, trata-se das *Meditações Cartesianas* (1929). O livro em questão traz à luz uma investigação que vinha pelo menos desde 1910, no qual o filósofo se debruça sobre a análise da experiência do outro eu. No entanto, apesar de dar ao público pela primeira vez um vislumbre de um trabalho longo, sério e que permanecia até então praticamente inaudito, as *Meditações* trazem consigo um problema metodológico central que é fruto das condições ímpares de sua criação: o livro apresenta dois objetivos diferentes e, até certo ponto, independentes. Isto porque, a partir de sua divisão interna em cinco meditações, nota-se uma cisão temática entre o grupo das quatro primeiras meditações e a quinta e última. No primeiro grupo, encontra-se o projeto clássico husserliano de refletir sobre o problema fundacional de todo conhecimento efetivo e possível diante de um contexto de reconhecimento crítico do estado da arte das ciências. A partir deste terreno de ausência de uma absoluta radicalidade filosófica para a busca das verdades mais fundamentais, Husserl propõe um exercício reflexivo que visa, no limite, desvelar as condições essenciais e irrefletidas de toda experiência. O resultado deste movimento reflexivo é o reconhecimento mais basilar da subjetividade transcendental como instância fundante da experiência que se relaciona com os objetos transcendentes enquanto *objetos intencionais*. Já no segundo grupo, que contém tão somente a quinta meditação, o contexto inicial de investigação trata-se do esforço por corrigir a possível interpretação que reconheceria no referido idealismo transcendental algum tipo de formulação solipsista. No entanto, este problema inicial é, mais do que um desafio a ser resolvido, uma porta de entrada para o maior objetivo da segunda parte, o de lançar as bases de uma teoria transcendental da intersubjetividade que dê conta de descrever as condições essenciais do sentido objetivo presente na experiência. Assim, pretendemos levantar os seguintes problemas: a) Há unidade temática nas *Meditações Cartesianas*? b) Se sim, qual é o ponto de ligação das duas unidades?

Palavras-chave: Fenomenologia; Edmund Husserl; Meditações Cartesianas; Unidade Temática; intersubjetividade.

O desejo entre Freud e Lacan, via Fichte

João Lucas Zanchi

Mestrando em Filosofia [UFSCAR]
Bolsista CAPES
jlbzanchi@gmail.com

Resumo: Nossa comunicação toma o conceito de *desejo* na teoria psicanalítica de Sigmund Freud e de Jacques Lacan a fim de revelar duas perspectivas fundamentais e distintas entre os projetos desses autores através de uma análise comparativa de caráter lógico- epistêmico. Essa análise deve nos mostrar que, em cada um desses projetos, um tal conceito cumpre funções distintas, o que já coloca em xeque uma compreensão relativamente bem estabelecida no interior do campo psicanalítico que vê na obra de Lacan uma continuidade direta do projeto freudiano. Na verdade, pretendemos demonstrar como a divergência na teoria desses dois autores parece encontrar suas bases não simplesmente em uma compreensão pontual da inserção do desejo nas relações que mantém com os demais conceitos, mas na própria da noção de *sujeito* sobre a qual elas se fundam, seja explícita ou implicitamente; o que, por consequência, estrutura a forma com que será apresentado um projeto psicanalítico de cura. Defendemos que, mesmo que não encontremos referência direta a um "sujeito" na obra de Freud, esse pode ser deduzido a partir da intencionalidade fundamental de seu projeto; e colocado, assim, em contraste com a concepção lacaniana, que encontra nesse termo sua grande justificativa. É assim que, considerando a retomada do conceito de *desejo*, por Lacan, através do prisma da intersubjetividade, recorremos a Fichte em *Fundamento do direito natural* para ilustrar a passagem entre as duas compreensões.

Palavras-chave: Desejo; Freud; Lacan; Fichte; psicanálise.

Interdisciplinaridade sobre um olhar filosófico

Jonathan Braz de Souza

Mestrando em Filosofia [UNESP]
jonathan.braz@unesp.br

Resumo: Esta comunicação, inserida na temática do Ensino de Filosofia, tem por objetivo delinear a abordagem interdisciplinar-filosófica presente no curso de Filosofia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Marília. Através de um levantamento realizado, buscou-se compreender os pressupostos, características, limites e ressonâncias da abordagem anteriormente mencionada. Dito isso, percebemos que dentro do currículo, encontramos uma diferenciação entre duas maneiras de fazer Filosofia: de um lado temos a abordagem histórico-filosófica, ancorada na História da Filosofia e salvaguardada por docentes formados na tradição estruturalista francesa, e, do outro lado, a abordagem temática-filosófica e/ou interdisciplinar-filosófica pautada na resolução de problemas, tendo em seu cerne a crítica em relação ao uso da História da Filosofia como predominância no fazer filosófico. Embora, essa questão apareça de maneira singela na graduação, a cristalização de tal querela possua seu aprofundamento dentro das duas linhas do programa de Pós-Graduação em Filosofia, da UNESP/Marília. Enfatizaremos, ainda, a presença do falecido prof. Antônio Trajano como agente crucial para a propagação e disseminação da abordagem temática-filosófica/interdisciplinar-filosófica e, também, do papel do Centro de Lógica e Epistemologia (CLE), da Universidade de Campinas (Unicamp) como lócus de resistência metodológica e política a um modo de fazer filosofia. Portanto, a comunicação possui a sua relevância devido a ser uma pesquisa que busque compreender questões do curso de Filosofia da UNESP.

Palavras-chave: Abordagem interdisciplinar-filosófica; UNESP; Filosofia.

Economia Política e Moral no curso A sociedade punitiva de Michel Foucault

Lívia Francisco Arantes de Souza

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]
liviaarantes@ufscar.br

Resumo: As pesquisas que tratam de como a Economia Política é considerada por Michel Foucault concentram-se, na maioria das vezes, no curso ministrado por ele no Collège de France, em 1979, intitulado *Nascimento da biopolítica*. Em menor quantidade, há pesquisas que consideram também a obra de 1966, *As palavras e as coisas*. Uma breve pesquisa no portal de periódicos da Capes, por exemplo, confirma essa preferência. No entanto, a relação intrincada entre Economia Política e Moral é trabalhada pelo filósofo no curso de 1973 intitulado *A sociedade punitiva*. O curso é apontado por Bernard Harcourt como momento no qual Foucault passa a levar em consideração a dimensão produtiva das relações de poder. Foi essa proposta que conduziu Foucault a trazer para sua pesquisa genealógica das formas punitivas da sociedade moderna ocidental a relação entre a moral e as categorias trazidas pelo campo da Economia Política. Acompanha a investigação de 1973 a interrogação em torno do que tornou possível conceber o tempo da vida dos homens como força produtiva. Guardadas as especificidades, o curso de 1973, de certo modo, recupera o que Foucault apresenta em *As palavras e as coisas* quando enfatiza as consequências advindas da Economia Política no que diz respeito à assimilação do tempo ao processo de produção e é fundamental para a maneira como Foucault concebe a tecnologia disciplinar do poder e seu impacto na constituição do capitalismo industrial. Proponho investigar a relação trabalhada por Foucault entre Economia Política e Moral no curso *A sociedade punitiva* para considerar de que modo ela se relaciona com os trabalhos que antecedem e sucedem o curso de 1973 e delinear a importância dos discursos e práticas econômicas ao longo da trajetória filosófica de Michel Foucault.

Palavras-chave: Economia Política; poder disciplinar; biopolítica.

Federici contra Foucault: notas sobre a subjetivação da mulher moderna

Lívia Pereira Salgado

Mestranda em Filosofia [UFSCar]
liviaarantes@ufscar.br

Resumo: Trata-se de examinar os significados históricos-concretos do corpo feminino no nascimento do capitalismo a partir do fenômeno de caça às bruxas nos séculos XVI e XVII, isto é, revisitar o nascimento do capitalismo para compreender de que modo a dominação e a fabricação da mulher moderna se arquitetou no interior dos processos de exploração à luz das considerações de Silvia Federici e o diálogo crítico que estabelece com Michel Foucault. Para escancarar a articulação profunda entre capitalismo e patriarcado, Federici envereda por três eixos: o feminista, o foucaultiano e o marxista. Políticas e tecnologias de adestramento do corpo da mulher pela via repressiva são, para Federici, elementos fundamentais para a fabricação da categoria mulher moderna que atenda às intenções e necessidades do modo de produção em ascensão: a divisão sexual do trabalho, a destruição do status social da mulher, disciplinamento próprio de seus corpos compreendidos em sua dimensão reprodutiva são exemplos levantados. Como dito, a posição da autora abre um campo de crítica à genealogia proposta por Foucault, uma vez que o acusa de omitir a especificidade do processo de disciplinamento do corpo feminino e, por conseguinte, reforça o caráter destrutivo do poder. Na esteira da crítica federiciana, queremos averiguar em Foucault o tema de uma violência instauradora da biopolítica de tipo específico que se investe no corpo das mulheres, ou seja, de pensar o problema da soberania e biopolítica como gestão de morte e violência racionalizada do corpo feminino no processo de subjetivação da mulher moderna.

Palavras-chave: Caça às bruxas; Mulher moderna; Capitalismo; Federici; Foucault.

A concepção de existencialismo como filosofia da ambiguidade em Simone de Beauvoir

Lucas Joaquim da Motta

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista FAPESP
lucasjufscar@gmail.com

Resumo: Sabe-se que a doutrina existencialista na França se popularizou sobretudo após a guerra de 1939 e que, junto dessa popularização, muitas dúvidas surgiram em relação a ela: o que é ser existencialista? Como é possível falar sobre o vínculo entre sujeito e mundo a partir dessa doutrina? O que é a ética existencialista? Entre essas questões, algumas respostas surgiram, por meio de textos e artigos, não para definir absolutamente o que é o existencialismo, mas, antes disso, fazer certos apontamentos para evitar juízos equivocados sobre essa doutrina enquanto uma filosofia da ambiguidade, isto é, enquanto uma doutrina que se opõe à ideia de uma natureza humana e que compreende o ser humano em meio a uma condição demarcada sempre por dois extremos: ele é liberdade e facticidade, sujeito e objeto, imanência e transcendência, para bem dizer, sua condição é ambígua. Daí, a intenção desta breve apresentação é apontar o modo pelo qual Simone de Beauvoir concebeu uma certa noção de existencialismo, a partir de um artigo de sua autoria, *Qu'est-ce que L'existentialisme?* (1947), focando-nos na ideia segundo a qual o existencialismo é uma doutrina que reivindica uma síntese da condição humana e que, como já anunciado, essa síntese se dá pela assunção de ambos os extremos constituintes dela, e é isso a ambiguidade.

Palavras-chave: Ambiguidade; Condição Humana; Beauvoir; Existencialismo.

A gênese do conceito de Razão (*Vernunft*) na filosofia pré-crítica de Kant

Marcelo Aparecido Vieira

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista FAPESP
marceloa_vieira@yahoo.com.br

Resumo: Pretendemos examinar o conceito de Razão (*Vernunft*) pertencente à filosofia pré-crítica de Kant. Numa primeira tentativa kantiana de fundamentação da filosofia a partir da distinção do método filosófico que seria outro que o da matemática (*more geometrico*), achamos necessário que se investigue a faculdade (*Vermögen*) em que ela (a filosofia) está inserida, isto é, a Razão. Se a Razão é uma faculdade cujos produtos são as ideias e a filosofia é uma mera ideia de uma ciência possível, como Kant irá afirmar em seu período crítico, então compreender o que é a Razão, irá nos esclarecer, o porquê a filosofia é incontornavelmente discursiva. Dissociar a filosofia/metafísica da Razão é desconsiderar que tanto para Kant (já na década de 1760) quanto para seus predecessores Descartes, Baumgarten, por exemplo, a metafísica é uma doutrina dos primeiros princípios de nossa cognição. Por conseguinte, a pergunta que devemos colocar como ponto de partida é a seguinte: o que é a Razão? Em outras palavras, como Kant entende e determina o conceito de Razão. Portanto, iremos tratar do conceito de razão no pensamento pré-crítico de Kant, tentando demonstrar a gênese desse conceito e o seu desenvolvimento nesse período. O intuito será responder uma questão fundamental: há um conceito de Razão no pensamento pré-crítico? E se há, de que modo isso se apresenta e se o mesmo será mantido no pensamento maduro, isto é, na filosofia crítica. A primeira tarefa que se apresenta é, por isso, compreender o conceito de Razão como faculdade superior de cognição (*Erkenntnisvermögen*), assim como seus limites e usos legítimos na especulação.

Palavras-chave: Conceito de razão; filosofia pré-crítica; metafísica.

Do antagonismo entre o Governo e o Soberano no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau

Marcelo Ferreira Junior

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista Capes
marceloferreira@estudante.ufscar.br

Resumo: A presente comunicação tem como principal objetivo, em linhas gerais, expor uma análise da relação conflitante de duas noções centrais da teoria política de Jean-Jacques Rousseau, a saber, as concepções de *Governo* e de *Soberano*, tal como definidas na obra *Do Contrato Social* (CS). Para Rousseau, a legitimidade da constituição do corpo político deve fundar-se na "soberania da vontade geral" do povo (Livro II, CS). Essa, por sua vez, para que possa transitar da generalidade que lhe é característica para as atividades particulares, depende da instituição de alguma forma de governo, isto é, de "um corpo intermediário" através do qual a vontade geral possa ser expressa em atos particulares. Mas é precisamente esse mesmo corpo, o governo, cujo papel seria agir como um "depositário" da força pública, aplicando-a em conformidade com as exigências da soberania popular, que atuaria, segundo Rousseau, "incessantemente contrário" à vontade geral, exercendo um "esforço contínuo contra a própria soberania" e cujos abusos e a tendência a degenerar-se levariam, em última instância, todo o Estado à própria ruína (Livro III, CS). Assim, a partir desse esboço daquilo que, nas palavras do filósofo, seria o "vício inerente" do governo, a presente comunicação planeja abordar os meios pelos quais a teoria política do *Contrato* permite que se pense a possibilidade de se estabelecerem condições e limites que impeçam, ou ao menos adiem, a morte inevitável do corpo político.

Palavras-chave: Rousseau; Política; Governo; Soberania; Vontade geral.

O papel da escrita de si em processos de compreensão e subjetivação acerca do indivíduo: Uma perspectiva Foucaultiana

Marcos Antonio da Silva Santos Ferreira

Doutorando em Filosofia [PUC-PR]
Bolsista CAPES
contactme.marcos@gmail.com

Resumo: Como pode um indivíduo compreender suas angústias existenciais e possivelmente conciliar-se com as mesmas? Para responder esse questionamento pretendemos apresentar, em nossa discussão, o papel influente que a escrita de si, como conceituada pelo filósofo francês Michel Foucault em seus seminários, têm nos processos de compreensão e subjetivação do indivíduo. Essa discussão trará, em correlato, contribuições da psicanálise lacaniana acerca do indivíduo, buscando traçar um diálogo entre o pensamento do filósofo Michel Foucault e do psicanalista francês Jacques Lacan. Considerando a escrita de si como uma das formas de cuidado encorajada pelos antigos, como parte de uma complexa relação consigo, com os outros e com a sociedade, Michel Foucault diz, na aula de 6 de janeiro de 1982: "O cuidado de si é uma espécie de aguilhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência". Buscaremos, sobretudo, apresentar como a literatura pode exercer um papel importante na forma como se constroem identidades. Em nosso entendimento, essas identidades poderiam, possivelmente, proporcionar um ponto de equilíbrio para o sujeito e suas angústias existenciais, possibilitando, talvez, que ele supere sua angústia. Temos na escrita de si, a chave para subverter como o indivíduo se relaciona com suas angústias e, consequentemente, com o mundo. Portanto, iremos buscar compreender como mecanismos literários de escrita autobiográfica, que trazem em seu cerne traços da subjetividade do autor e de suas relações com o *grand Autre* (seja a cultura, a família ou a linguagem) podem ser úteis no entendimento que temos de nós mesmos, o entendimento do "eu".

Palavras-chave: Cuidado de si; Filosofia e literatura; Filosofia e psicanálise; Subjetivação; Escrita de si.

A redenção do corpo em Nietzsche

Marcos Machado

Doutorando em Filosofia [UFPR]
mmachadofil@gmail.com

Resumo: Nesta apresentação indicaremos que o conjunto dos textos de Nietzsche pressupõe não só metaforicamente, ainda que, na aparência (*Erscheinung*), mas, sobretudo no âmbito da realidade (*Wirklichkeit*) uma redenção do corpo (*Körper*). Afim, de evidenciar essa perspectiva é importante partir da seção *Dos desprezadores do corpo*, a qual encontra-se na primeira parte da obra *Assim falou Zaratustra* (1883); gradativamente outros aforismos de demais escritos do filósofo, especialmente *A gaia ciência* (1882); *Além do bem e do mal* (1886); *Genealogia da moral* (1887); *Crepúsculo dos ídolos* (1889); bem como algumas anotações pessoais, serão igualmente apresentadas. Neste contexto, as reflexões de Nietzsche acerca da noção de corpo remetem a uma crítica contra a divisão de um mundo real ou aparente, cuja fragmentação expõe uma tipologia de vida decadente; em síntese, sua crítica é direcionada contra qualquer possibilidade dualista. Tendo isso no horizonte, defenderemos que as reflexões de Nietzsche acerca do corpo visam recuperar o seu espaço na ciência após séculos de indiferença. É importante frisar que ciência, nessa circunstância, pode ser compreendida em uma dinâmica fisio-psicológica, cuja estrutura atribui ao corpo uma pluralidade de afetos, ou seja, nele se passa tanto atitudes provenientes dos instintos (*Trieb*) como aquelas que a tradição filosófica considerou ser oriundas da razão (*Vernunft*). Com isso, estabeleceu-se a compreensão de que os instintos e as práticas cognitivas que outrora haviam sido desvinculadas do mesmo fluxo de escoamento, na verdade, são emergentes de um mesmo elemento, a saber, dos estímulos corpóreos (impulsos e tensões de forças).

Palavras-chave: Nietzsche; Zaratustra; Corpo; Redenção; Psicologia.

Democracia e corpo político em Claude Lefort e Jacques Rancière

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
marcusapoli@gmail.com

Resumo: Claude Lefort, em *A invenção democrática*, situa como caráter estrutural da democracia a existência de um *lugar vazio do poder*. Segundo ele, tal lugar do poder estaria vazio desde a revolução democrática que despontou na França do Antigo Regime, em que a corporeidade do social, fundada no corpo humano e divino do rei, é dissolvida. Sob esse aspecto, a democracia seria o regime político que resiste à instituição de um corpo no lugar do poder. Ainda que as referências a Lefort não sejam frequentes em seus textos, Jacques Rancière, em sua teorização da democracia nas obras *Nas margens do político* e *O desentendimento*, aparenta levar a cabo sua conceituação da democracia como lugar vazio do poder, mas tais convergências encontram termo no que tange ao estatuto do povo como corpo político em meio a democracia. Disso, busca-se dissertar sobre a forma com que se dá essa convergência teórica entre Lefort e Rancière a respeito da democracia como regime político em que o lugar de poder esvaziado, o que exige demonstrar como Rancière adota uma série de premissas lefortianas em seu textos filosófico-políticos. Após isso, é caso de se apontar para a diferença nas posições de ambos os filósofos a respeito do estatuto do povo e seu corpo no âmago da forma-democracia por eles teorizada, bem como apontar para as diferenças políticas que parecem daí surgir.

Palavras-chave: Jacques Rancière; Claude Lefort; Democracia; Corpo político.

Alguém fala por Platão?

Mateus Lima dos Santos

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
mtslima42@gmail.com

Resumo: Os diálogos platônicos apresentam personagens, algumas delas baseadas em figuras históricas, discutindo sobre temas filosoficamente pertinentes. Tem se defendido a existência de uma assimetria entre essas personagens, de modo que poderíamos discriminar aquelas que sustentam posições verdadeiramente platônicas das que seriam inseridas apenas para terem suas teses refutadas. Todavia, na medida em que muitas delas apresentam posições com grande potencial filosófico, o papel de porta-voz de Platão não parece exclusivo a certas personalidades (*e.g.*, Sócrates, Estrangeiro e Timeu). Diferentes recepções exegéticas de *A República*, por exemplo, tendem a atribuir o papel de "representante da visão platônica da justiça" tanto a Sócrates quanto a Trasímaco, um sofista. De fato, são posições antagônicas com igual possibilidade de desenvolvimento. Concebê-las como platônicas, no entanto, dependerá do tipo de interpretação a ser realizada e dos argumentos que os intérpretes estão dispostos a mobilizar. Na presente comunicação, pretendo problematizar a atribuição de posições das personagens diretamente a Platão. Para isso, examino a reflexão do terceiro livro de *A República* acerca da mimese e do ocultamento poético. Em 393a, Platão descreve a maneira segundo a qual um poeta pode ausentar-se intencionalmente de sua obra. Considerando essa passagem, quero mostrar que ao utilizar os mesmos procedimentos miméticos que critica, Platão coloca o plano dialógico do confronto de opiniões acima de uma eventual doutrina.

Palavras chave: Platão; República; mimese; poesia.

Justiça Comparativa: a teoria da justiça de Amartya Sen

Mateus Soares Flores

Mestrando em Filosofia [Unisinos]
Bolsista CAPES
mateusflores32@gmail.com

Resumo: O intuito desta comunicação é apresentar a teoria da justiça elaborada no livro *A ideia de justiça*, pelo filósofo e economista Amartya Sen. Busco evidenciar as principais características e fundamentos desta teoria, bem como apontar as vantagens desta em relação às concepções de justiça precedentes. A estrutura argumentativa do autor parte do pressuposto de que uma teoria racional e razoável deve servir de base para questões de racionalidade prática. Para isso, é necessário que ela seja capaz de fornecer tanto critérios de avaliação objetivos, que ajudem a identificar as injustiças existentes, quanto de refletir sobre os meios adequados para a redução das diferentes injustiças e a expansão das situações de justiça. Tal argumentação faz com que o filósofo indiano siga por um caminho diretamente oposto às concepções de justiça mais tradicionais, que têm o seu foco em procurar e determinar uma caracterização das sociedades e instituições perfeitamente justas. Essa posição é denominada pelo autor como as teorias do institucionalismo transcendental. Para Amartya Sen, o problema de tais teorias é a sua preocupação excessiva na busca da justiça perfeita. Como consequência, essas teorias acabam reduzindo a realidade aos seus próprios conceitos, gerando um forte paroquialismo procedimental que, na prática, resulta em mais situações de injustiça do que de justiça. Por outro lado, Sen denomina a sua abordagem como uma concepção de justiça comparativa. Ela possui um grande foco tanto em comparações entre diferentes posições e diferentes realidades quanto nas realizações sociais das diferentes sociedades. Basicamente, o autor parte do entendimento de que a justiça não deve se limitar à reflexão dos governos e instituições, tais como elas deveriam ser, mas também deve dar mais atenção à qualidade de vida e aos comportamentos reais dos indivíduos. Para Sen, uma teoria da justiça razoável não deve ser indiferente ao modo como as pessoas realmente vivem.

Palavras-chave: Amartya Sen; Teoria da justiça; Institucionalismo transcendental; Razoabilidade; Racionalidade.

As indicações filosóficas sobre a Ciência do "jovem" Thomas S. Kuhn: Interpretações a partir das produções bibliográficos de 1951 até 1961

Matheus Jurandir Moreira

Mestrando em Filosofia [UNESP]
Bolsista CAPES
matheus.j.moreira@unesp.br

Resumo: No geral, estudos sobre a filosofia da Ciência de Thomas S. Kuhn despendem pouca atenção sobre publicações anteriores a 1962, e, quando o fazem localizadamente, ocorre uma secundarização das situações filosófica ali contidas. A particularidade das produções bibliográficas de Thomas Kuhn gera uma centralização exegética em textos publicados a partir de 1962. Por um lado, isso ocorre porque *A estrutura das revoluções científicas*, que se difundiu como a principal obra de referência do autor, é publicada em 1962 e a sua edição-base data de 1970. Por outro, as controvérsias em torno dessa obra e as reconsiderações diversas procedidas por Thomas Kuhn após 1962 direcionaram as pesquisas a esses textos posteriores com vistas a verificar o desenvolvimento das compreensões e reconstruí-las com vistas a (tentar) eliminar certas tensões ou desencaixes. Por fim, difundiu-se a impressão que textos anteriores a 1962, por serem predominantemente trabalhos de história das ciências naturais, ofereceriam apenas situações históricas que se adequariam às situações filosóficas expressas a partir da década de 60. A presente comunicação insere-se nessa lacuna interpretativa ao buscar, pela interpretação das publicações de Thomas Kuhn feitas entre 1951 e 1961, delinear a situação filosófica contida, mesmo que de modo latente, nesse período, a respeito do desenvolvimento da ciência. Noções trazidas através das expressões como "lista de observações", "problemas técnicos da ciência", "fatores lógicos e psicológicos da ciência" e debates sobre o desenvolvimento dos conceitos da física etc. estão difundidos por esses textos. E parecem indicar compreensões interligadas que permitem elaborar um quadro filosófica da prática e desenvolvimento da ciência no qual se fundamente a transição das teorias como processos cognitivos e extracognitivos, sem abdicar da premissa que tais processos garantem certo avanço da ciência. O vislumbre das indicações desse "jovem" Thomas Kuhn importa para entender possíveis reverberações naquelas obras de referência, logo para revisar ou não certas interpretações.

Palavras-chave: Filosofia da ciência; Problema da demarcação; Thomas Kuhn; Paradigma.

A heterogeneidade entre razão e entendimento na Dialética transcendental, da *Crítica da razão pura*

Patrícia Fernandes da Cruz

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
patriciafdacruz@gmail.com

Resumo: Nesta apresentação, demonstraremos a heterogeneidade entre as faculdades do entendimento e da razão na *Crítica da razão pura*, a partir da perspectiva da Dialética transcendental. Essa questão é de suma importância para compreender o papel desempenhado pela razão, bem como a sua legitimidade, visto que, a razão como um mero desdobramento do entendimento para além dos limites da experiência implicaria não em uma faculdade própria e autônoma, mas simplesmente em um mau uso de uma faculdade mais elementar. Dessa maneira, demonstrar a heterogeneidade da razão em relação ao entendimento não apenas permite compreender o comprometimento kantiano com uma teoria da razão, mas principalmente justifica a própria necessidade de uma Dialética transcendental que, não obstante, constitui a parte mais extensa de toda *Crítica*. Demonstraremos a autonomia da razão frente ao entendimento a partir de dois passos fundamentais: 1. Que a razão é faculdade de princípios enquanto o entendimento é faculdade de regras; e 2. Que a unidade da razão é independente e diversa à unidade do entendimento. No primeiro passo, cabe mostrar que a diferença entre as duas faculdades diz respeito à universalidade sem restrições ou absoluta, no caso da razão, e à universalidade comparativa, no que tange ao entendimento. Já em relação às unidades fornecidas por cada uma das faculdades, no segundo passo, temos os conceitos da razão que são utilizados para conceber ou compreender, e os do entendimento, para entender. Ao conceber, os conceitos da razão possuem algo que os do entendimento não têm: o *incondicionado*. É a partir dele que é expressa uma diferença de natureza entre as unidades da razão e do entendimento.

Palavras-chave: Crítica da razão pura; Dialética transcendental; Razão; entendimento; ideias transcendentais.

O problema da língua brasileira em Mário de Andrade

Rafael do Valle

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista FAPESP
rafael.valle@estudante.ufscar.br

Resumo: Partindo do conceito de literatura menor, exposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Kafka: por uma literatura menor* (1975), que compreende a literatura que uma minoria faz em uma língua maior, esta apresentação visa repensar o problema da língua brasileira encampado por Mário de Andrade nos anos que se seguiram à Semana de Arte Moderna de 1922 até a publicação de *Macunaíma* (1928). O uso que Kafka, um judeu-tcheco, faz da língua alemã resulta em uma expressão linguística completamente diferente da de um Goethe, por exemplo. A obra de Kafka seria, então, fruto de um esforço em superar a disjunção entre conteúdo e expressão, confrontando, nessa medida, o caráter opressor da língua. Deleuze e Guattari apontam ainda que qualquer um pode produzir uma literatura menor, desde que a língua escape por zonas linguísticas de terceiro mundo, ou seja, desde que haja uma desterritorialização da língua. Ora, os escritores brasileiros, situados na "periferia do capitalismo" e, antes de tudo, colonizados, encontram-se em uma situação nata de desterritorialização. Nossos escritores escrevem em português, a língua da metrópole colonial, mas seu uso não se dá sem confrontos. Nosso português não seria mais o lusitano. Aqui se justifica todo o esforço de Mário de Andrade em criar uma língua nacional, sacrificando a sua obra e chegando até a escrever, ainda que por blague, a introdução para a sua famigerada *Gramatiquinha da fala brasileira*. É sobre essa empreitada de Mário de Andrade em busca de uma sistematização da chamada língua brasileira que nos deteremos.

Palavras-chave: Mário de Andrade; língua brasileira; desterritorialização.

O conceito de liberdade na *Crítica da razão pura*: a passagem da teoria para a prática

Rafael Tessare Dias

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
rafa.t.dias@gmail.com

Resumo: É célebre a afirmação de Kant na *Crítica da razão prática* de que o conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é provada por uma lei apodíctica da razão prática, constitui a pedra angular de todo o edifício de um sistema da razão pura, e mesmo da razão especulativa. Isso parece indicar que apenas a segunda *Crítica* conferiria centralidade ao conceito de liberdade. Contudo, é preciso notar que a liberdade é central já na *Crítica da razão pura*. Conforme algumas indicações de Kant, a questão da liberdade não apenas constitui o início da filosofia crítica como problema antinômico, mas também possui um grande alcance doutrinal para a primeira *Crítica*, uma vez que a resolução desse problema diz respeito à própria possibilidade de compreender criticamente a moralidade. Mas, apesar da importância que possui, o conceito de liberdade nesta obra está envolto em uma dificuldade substancial. A saber, o que Kant diz sobre a liberdade no Cânone da Razão Pura parece ser contrário à sua posição na Dialética transcendental. Tal problema é composto sobretudo por duas dificuldades. Primeiro, a Dialética afirma que a liberdade transcendental é parte essencial da liberdade prática; enquanto o Cânone afirma que a liberdade transcendental é irrelevante para "o prático". Segundo, o Cânone ignora, aparentemente, os resultados da Dialética ao afirmar que a liberdade prática poderia ser conhecida e provada pela experiência, o que parece reduzir a liberdade prática (liberdade da vontade) à causalidade natural. A presente comunicação propõe explorar essas dificuldades e possui como pretensão demonstrar a importância de tentar compatibilizar a Dialética com as demandas aparentemente conflitantes do Cânone. Assim, pretendemos sustentar que investigar o conceito de liberdade na primeira *Crítica* é relevante tanto porque toda a filosofia moral de Kant se baseia no conceito de liberdade, como também em vista da própria unidade doutrinal desta obra com relação ao conceito de liberdade.

Palavras-chave: *Crítica da razão pura*; liberdade; antinomia; moral; Cânone da Razão Pura.

A educação negativa de Rousseau

Rafaela Fernanda Palhares

Mestranda em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
rafaelafernandapalhares@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo principal analisar a concepção de educação negativa na visão do filósofo Jean Jacques Rousseau, para tal feito é necessário recorrer às concepções de educação e natureza, no que se refere ao desenvolvimento humano. Rousseau elabora dois modelos de educação, uma particular e privada e outra pública e comum, cada uma delas tem objetivos diferentes, o primeiro modelo tem o princípio de seguir a natureza, enquanto, o segundo tem a função de "desnaturar" o homem. Analisaremos que mesmo a educação coletiva que tem como meio "desnaturar" o homem é preciso que para isso se siga a natureza e por tal motivo os dois tipos de educação aparentemente paradoxais tem semelhanças e máximas que perpassam entre seus modelos, um desses elos é a educação negativa. Rousseau elabora a teoria do estado de natureza e atribuí aos homens a bondade natural, embora os homens não existam mais nesse estado, a criança mesmo vivendo com a corrupção da sociedade civil pode seguir a sua natureza desde que não se corrompa pelos costumes. Nesse cenário a tese da educação negativa tem a incumbência de proteger o educando dos vícios e preconceitos presentes na sociedade, esse tipo de educação tem como fundamento a bondade original do homem, portanto, ao impedir que os vícios nasçam será o suficiente para que o indivíduo aprenda de acordo com a natureza. O filósofo genebrino defende que o desenvolvimento da criança deve ocorrer de forma natural, a própria natureza as prepara para aprender as coisas do mundo, consequentemente, o papel da educação negativa consiste em "fazer nada" para que assim a criança possa seguir a marcha da natureza. A metodologia desta comunicação é a análise bibliográfica, Rousseau trabalha a ideia de educação negativa nas obras: *Emílio ou da Educação e Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*, contudo, os princípios que norteiam essa educação estão presentes também em outras obras, a principal é *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*.

Palavras-chave: Educação; Natureza; Bondade Natural; Desenvolvimento.

O papel do sujeito na formulação do enunciado científico

Richard Lazarini

Doutorando em Filosofia [UNESP]
Bolsista CAPES
richard.lazarini@unesp.br

Resumo: Marsílio Ficino (1433-1499), proeminente pensador italiano, em sua *Teologia Platônica*, diz que a alma organiza o ser humano e todos os entes no cosmo. Neste caso, o homem seria uma das muitas manifestações particulares da alma universal, a qual também possibilita a inspiração humana. Para melhor explicar isto, M. Ficino retoma a concepção de "delírio", concebida no diálogo platônico *Fedro*, para conjugá-la com as de "potência divina" e de "entusiasmo", apresentadas no *Íon*. Desse modo, Ficino realiza uma interpretação própria: a da inspiração enquanto "alienação mental". Alienação, neste contexto, é definida como o aperfeiçoamento da mente humana no âmbito que lhe é próprio. O pensador italiano afirma que o "furor poético" é um tipo de inspiração que não translada a mente ao âmbito divino, pois, diversamente do que Platão considerava, tal inspiração se perfaz no interior da alma. Para tratar desses problemas, será imprescindível não só reconstituir, de maneira sucinta, as concepções históricas de "alma" e "inspiração", como também abordar as teorias de Platão sobre "entusiasmo" e "potência divina", desenvolvidas no *Íon*, a fim de, em seguida, investigar a maneira pela qual Ficino, tanto em sua *Introdução ao Íon de Platão* como na *Teologia Platônica*, assimila tais concepções (e a de "delírio", apresentada no *Fedro*), possibilitando uma perspectiva muito própria sobre a relação entre inspiração poética e alma. Estas abordagens darão elementos valiosos para a compreensão da inspiração que a alma concede à pessoa que possui os requisitos necessários para recebê-la.

Palavras-chave: Alma; Delírio; Entusiasmo; Inspiração Poética; Potência Divina.

“No descomeço era o verbo”: o ser linguagem na busca pelo delírio perdido

Roberta Castrioto Browne

Doutoranda em Filosofia [USP]
Bolsista CNPq
robertabrowne@usp.br

Resumo: Foucault diz que seu livro *As palavras e as coisas* nasceu de um texto de Borges, que ao adentrar àquelas palavras aquilo que lhe era antes familiar, no agora perturbado se encontra. Quero neste texto trazer a reflexão sobre a linguagem como um espaço em que perturbações possam acontecer – uma reflexão em que o fundo do jardim não seja apenas o fundo do jardim tal como fomos condicionados a enxergar. Quando pensamos sobre a linguagem, obviamente que nos vem à mente um certo tipo de linguagem, ou melhor dizendo, vem uma espécie de materialidade que busca ser conhecida: os sons (linguagem-fala), as marcas gráficas (linguagem-escrita) e/ou os gestos (linguagem-corpo). Entre elas, há hierarquia? Há predominância de uma frente à outra? Que relações por elas e com elas são criadas? Trazendo Julia Kristeva para a conversa, em sua contemporaneidade do escrever, almejo um sujeito leitor aqui pensar, um sujeito que pode e deve ser compreendido dentro da e influenciado pela linguagem. Uma subjetividade que se forma através de suas experiências, um corpo que experiencia os conceitos antes mesmo de telos arraigados em sua mente racional. Desconstruindo a ideia de que a linguagem seria algo fixo, imutável, na busca por reaprender a ver o mundo como se fosse a primeira vez, buscamos no olhar da criança tão bem poetizado por Manuel de Barros nosso porto seguro – nos olhos das crianças nos encontramos, num mundo em que o conceito não é a solução, num mundo em que o conceito é um delimitador do múltiplo ser criança. Com esse refletir, quem sabe passamos a abraçar a aparente contradição entre a necessidade de controle e sua simultânea impossibilidade. Na lógica de uma pesquisa de encontros – partimos e chegamos nas seguintes hipóteses: ler de forma a experienciar; ler para quebrar barreiras, ultrapassar limites; ler como militância; ler como insubordinação. Ler para voltar a ser criança.

Palavras-chave: Linguagem; Criança; Experiência; Desconstrução.

Dedução transcendental das categorias em Kant

Rodrigo de Oliveira Faria

Mestrando em Filosofia [UFU]
Bolsista CAPES
rodrigo.faria@ufu.br

Resumo: A proposta desta comunicação é apresentar uma breve exposição sobre as investigações anunciadas por Kant no segundo capítulo da "Analítica transcendental" na *Crítica da razão pura*, intitulado "Dedução dos conceitos puros do entendimento" (A 84), que busca estabelecer os fundamentos da faculdade do entendimento. A dedução dos conceitos puros do entendimento é parte imprescindível e necessária para compreensão da exposição crítica da razão pura na *Crítica*, que demonstra e legitima a interpretação epistemológica inaugurada por Kant pela via transcendental no século XVIII, que consiste em tratar das regras e limites pelas quais o ser racional finito elabora cognoscitivamente o conhecimento da experiência. Desta forma, nossa tarefa fundamental consiste em investigar a conceituação dada por Kant sobre a dedução como explicação do modo pelo qual os "conceitos puros" do entendimento podem fazer referência *a priori* a objetos da experiência, "não por predicados da intuição e da sensibilidade, mas pelo pensamento *a priori*" (A 88), ou seja, a finalidade da dedução transcendental na Crítica é demonstrar como alcançamos estes conceitos *a priori*, "para depois determinar a sua aplicação válida em relação aos objetos de todo o conhecimento em geral" (B 23-24). Portanto, com esta comunicação, nosso objetivo geral é apresentar a investigação kantiana sobre a dedução como uma maneira fecunda de precisar a teoria kantiana do conhecimento, que descreve a partir de uma crítica rigorosa e sofisticada da razão especulativa, o modo pelo qual o ser racional finito determina à realidade conceitualmente.

Palavras-chave: Dedução transcendental; Conceitos puros; Entendimento; Faculdade do entendimento; Categorias.

O pensamento de Heidegger em Foucault

Rodrigo de Oliveira Figueiredo

Mestrando em Filosofia [USP]
Bolsista FAPESP
rodrigo.oliveira.figueiredo@usp.br

Resumo: A partir de uma análise da relação filosófica de confronto e diálogo que Michel Foucault estabeleceu com Martin Heidegger, pretendo, nesta comunicação, me debruçar sobre alguns dos aspectos que considero mais relevantes para a compreensão da forma como Foucault trabalhou e retrabalhou, ao longo de sua trajetória intelectual, o problema da *verdade*. Mais precisamente, buscarei abordar em que que medida a estrutura do pensamento de Foucault pode ser lida a partir de uma ideia própria do "segundo Heidegger": a saber, de que há sempre, antes mesmo da separação entre enunciados falsos e verdadeiros, uma verdade que guia a maneira como as proposições são entendidas como verdadeiras ou não – verdade esta que antecede o sujeito e o objeto de conhecimento. As principais obras de Foucault tomadas como referência nessa apresentação serão as seguintes: *As palavras e as coisas*, o segundo volume da *História da sexualidade* e o curso *A hermenêutica do sujeito*. Em relação a Heidegger, pretendo abordar o texto *Sobre a essência da verdade*, demarcador da dita "reviravolta" em seu pensamento, e a sua *Carta sobre o humanismo*. Como bases para minha abordagem, me utilizarei das leituras que José Arthur Giannotti, em seu artigo *Dois jogos de pensar*, e Benedito Nunes, no ensaio *A arqueologia da arqueologia*, fazem dessa "influência" de Heidegger sobre Foucault. Ambos sustentam que, na mesma linhagem de Heidegger, Foucault concebe o *pensamento* como informado por uma exterioridade, por uma verdade que é anterior à proposição – seja esta verdade chamada episteme, seja chamada práticas. Pretendo, ao final – e como desenvolvimento desse ponto principal – avaliar em que medida a relação filosófica de Foucault com Heidegger contribui para a compreensão de alguns dos problemas mais relevantes do pensamento de Foucault, especialmente os seguintes: a sua crítica à analítica da finitude, desenvolvida em *As Palavras e as coisas*, a sua abordagem, ao longo dos anos 70, das relações entre o par saber-poder, e a introdução, no momento final de sua vida, do tema do cuidado de si.

Palavras-chave: Foucault; Heidegger; Episteme; Práticas; Verdade.

O problema dos "neurônios-chave" no *Projeto de uma psicologia* de Freud

Samuel Estevão Vieira da Silva

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
samuelestevaovs@gmail.com

Resumo: No manuscrito *Projeto de uma psicologia*, Freud descreve a chamada "vivência dolorosa", momento no qual o indivíduo experimenta a dor causada por um "objeto hostil" e a sensação de desprazer daí resultante. Apoiando-se no conhecimento das Ciências Naturais, o *Projeto* concebe o mundo externo como um meio formado por enormes quantidades de energia, as "Qs", de modo que a dor é caracterizada como irrupção de grandes Qs no organismo (fortes estímulos externos). Uma vez decorrida a vivência dolorosa, o indivíduo conserva na memória a imagem do objeto hostil. Se essa imagem é futuramente evocada através de nova percepção (do mesmo objeto ou objeto semelhante), o organismo é mais uma vez tomado pela sensação de desprazer. Tal situação, no entanto, não é mais de choque com o objeto (circunstância de dor), mas, sim, de uma simples recordação do mesmo; ou seja, aí não mais atuam os estímulos externos anteriormente responsáveis pelo desprazer, mas tão somente a recordação da vivência dolorosa. Se desprazer equivale a aumento do nível de Q no organismo, e se, na recordação, essa Q não é de origem externa, Freud, então, supõe a existência de um neurônio especial, designado "neurônio-chave", que atua influenciando a produção de Qs endógenas; estas, pois, partindo do interior do corpo, agem como o estímulo responsável pelo desprazer que acompanha a recordação. Tendo em vista que o "princípio da constância" determina que a quantidade (Q) no interior do organismo deve permanecer no menor nível possível, esta comunicação pretende discutir o sentido da hipótese dos neurônios-chave para o *Projeto*, já que eles, ao participarem de um processo de produção e não de eliminação de Qs, podem ser tomados, à primeira vista, como contrários à teoria quantitativa desenvolvida no manuscrito. Mas essa maneira de compreendê-los desconsidera ou negligencia a questão da origem da quantidade de energia que é necessária para o custeio do trabalho de defesa do eu: conforme as hipóteses do *Projeto*, a Q que se gasta no processo de "defesa primária" (mediante "ocupação lateral inibidora" do eu) é de origem endógena e corresponde justamente ao desprazer liberado sob a influência dos neurônios-chave.

Palavras-chave: Princípio da constância; Psicologia; Psicanálise; Freud; Filosofia da psicanálise.

Por um teatro não-aristotélico: uma das perspectivas de Brecht para reformar as bases teatrais burguesas

Sergio Carvalho da Fonseca

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
sergio.fonseca@estudante.ufscar.br

Resumo: Última obra de Aristóteles surgida no mundo ocidental, por volta de 1600, a *Poética* serviu como método de escrita aos autores teatrais. Sua fundamentação, centrada em termos como mimesis e catarse, além da necessidade das unidades de tempo, ação e lugar, para que uma tragédia pudesse ser escrita, conduziu à forma e conteúdo das peças desde o renascimento até, de modo menos frequente, aos nossos dias, sendo tratada como um manual a ser seguido. Devido a isso, o desenvolvimento do drama burguês esteve intrinsecamente ligado às determinações aristotélicas. Tomando a crise do teatro burguês, do modo como foi descrita pelas obras de Peter Szondi, justificam-se o surgimento de textos revisando a *Poética* como norma estética. Dois exemplos são *Apontamentos para uma estética não-aristotélica* (1924-25), de Álvaro de Campos e a coletânea dos textos de Bertolt Brecht chamada Estudos sobre teatro. Nessa obra, especificamente em seu escrito *Notas sobre a ópera grandeza e decadência da cidade de Mahagonny* (1928-29), Brecht tece argumentos àquilo que ele chama de teatro moderno em contraposição à forma dramática, também chamado de teatro burguês. Se Campos mostra uma problemática geral de arte, em relação às definições aristotélicas, Brecht as trata como embasamento àquilo que se denominou como teatro burguês. Porém ambos têm uma chave comum à crítica, a saber, a necessidade de uma arte voltada à perspectiva social do homem. Brecht enfatiza ainda que, tal qual nas mudanças necessárias para que uma sociedade mais justa possa acontecer, no teatro não deve ocorrer tão simplesmente uma transformação, mas uma reforma completa, à qual Brecht deu o nome de teatro épico.

Palavras-chave: Estética, Aristóteles; Teatro; Brecht.

A materialidade enquanto efeitos de poder: a genealogia dos corpos em Judith Butler

Tatiane Vieira dos Santos

Mestranda em Filosofia [UFSCar]
tatifiloufscar@gmail.com

Resumo: As críticas à noção de sujeito do feminismo desenvolvidas por Judith Butler nas décadas de 1980 e 1990 resultaram na publicação de *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990) e *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"* (1993), obras que demonstram os esforços de problematizar a própria noção de constituição do sujeito e a de materialidade corporal, pois estas investigações buscaram problematizar o gênero, e neste sentido foi preciso pensar os corpos, já que a questão da diferença sexual é sempre convocada quando o assunto é gênero e feminismo. As análises de Judith Butler, particularmente nestes trabalhos iniciais, mostram outras possibilidades de conceber o feminismo sem recorrer à categorias ontológicas, como por exemplo a categoria mulher, estas críticas que a princípio pareceram ameaçadoras ao feminismo, por perturbar a ação política com a desestabilização desta base identificatória, foi se mostrando como uma maneira de ampliar as ações e as alianças entre grupos distintos, pois os estudos de gênero não mais poderiam se resumir aos estudos de mulheres. Para esta tarefa, a filósofa traz em cena muitos temas e maneiras de se abordar a questão, mas ela anuncia que a metodologia utilizada será a Genealogia, que remete ao filósofo alemão Friedrich Nietzsche, ao qual foi posteriormente apropriada e reformulada pelo filósofo francês Michel Foucault. Sendo assim, pareceu necessário compreender o método genealógico para analisar a filosofia de Judith Butler, com o objetivo de pôr em relevo a questão da materialidade corporal concebida como efeitos de poder. Neste sentido, pretende-se abordar a questão do método genealógico e sua apropriação e aplicação pela filósofa, a estratégia será a de pontuar alguns elementos comuns à genealogia nietzschiana e foucaultiana, para finalmente relacioná-las com as questões do sujeito e dos corpos em Judith Butler.

Palavras-chave: Sexo; Gênero; Corpo; Poder; Genealogia.

Idealização do opressor e sede de obediência na teoria freudiana

Tiago Carvalho Lombardi Tosta

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista CAPES
tiagolombardi11@gmail.com

Resumo: A comunicação tem como propósito investigar elementos do percurso de desenvolvimento individual que conduzem alguns indivíduos a tomarem os agentes de sua opressão como modelos ideais. Para alcançar esse objetivo, nos pautaremos nos textos socioculturais de Freud e em seus textos metapsicológicos relacionados. Através desses estudos freudianos, buscaremos entender como a cultura existente, baseada numa lógica de dominação, promove modos de socialização que sujeitam os indivíduos aos auspícios do poder. Veremos que no interior deste contexto, as subjetividades se desenvolvem a partir de uma relação de submissão com as figuras de autoridade, sendo a figura paterna a primeira delas. Para Freud, tudo se inicia na estruturação psíquica a partir do complexo de Édipo, que na medida em que imprime no indivíduo as normativas da autoridade paterna e o medo dessa autoridade, pode resultar em uma consciência moral dependente da aprovação do pai e, posteriormente, da figura que virá substituir o seu lugar de autoridade. Pois o pai, uma figura inicialmente onipotente aos olhos da criança, é aquele que representa para ela o princípio de realidade, impondo ordem ao circuito pulsional, e, ao mesmo tempo, é também a figura que oferece o amparo e a segurança de que ela necessita em relação às ameaças do mundo exterior. Temendo perder o amor do pai e, com isso, a sua proteção, a criança submete-se ao seu poder, adequando-se aos seus mandamentos. Dependendo do desfecho desse estágio de desenvolvimento, o indivíduo pode se tornar continuamente dependente de uma figura que cumpra esse papel amparador e ordenador de seu mundo subjetivo. O modelo cultural existente incentiva essa dependência, na medida em que é baseado em relações repressoras que impedem, na maioria das vezes, uma constituição individual autônoma e crítica. A cultura, portanto, opressiva em seu modo de organização social, acaba produzindo indivíduos impotentes, desamparados e sedentos por obediência, ou seja, necessitados de uma autoridade que lhes digam o que pensar e o que fazer. Logo, carentes de figuras que representem autoridade, tais indivíduos ficam propensos a idealizar os seus próprios opressores e, assim, a defender as estruturas sociais que forjam a sua própria condição servil.

Palavra-chave: Psicanálise; Freud; Servidão; Cultura; Sociedade.

Novas evidências para o tratamento da pluralidade gramatical em Wittgenstein: os lenhadores revisitados

Vinicius da Silva Perenha

Doutorando em Filosofia [UERJ]
Bolsista CAPES
emailviniciusperenha@gmail.com

Resumo: A presente comunicação apontará uma controvérsia exegética surgida na tradução de Elizabeth Anscombe para as *Remarks on the Foundations of Mathematics* e explorará algumas possibilidades interpretativas a partir da retificação de um expediente utilizado pela tradutora. Trata-se da passagem de número 151 da primeira parte do livro, cujo texto original, em alemão, encontra-se em Ts-222, de 1938. No trecho em questão, Wittgenstein oferece ao leitor uma pista enigmática a respeito do famoso exemplo dos lenhadores, por meio da menção ao conto *Die klugen Leute*, compilado pelos irmãos Grimm, que foi substituído, na tradução inglesa, pela fábula *The Wise Men of Gotham*, do folclore britânico. O contexto de tal avaliação surge, em primeiro lugar, do exame das noções de "forma de vida" e "certeza fulcral", ambas centrais no pensamento maduro de Wittgenstein, sobretudo no que diz respeito à concepção de linguagem das *Investigações Filosóficas* e às preocupações epistemológicas do *Sobre a certeza*, e, posteriormente, no contexto do problema dos desacordos profundos, tal como formulado por Robert Fogelin. O uso desse exemplo não será novidade para leitores de Wittgenstein, principalmente aqueles interessados na pluralidade gramatical ou no problema dos desacordos profundos, mas poderá ganhar amplitude se considerarmos a sugestão de James Conant, de que a passagem §151 das Remarks poderia nos auxiliar na compreensão do sentido do exemplo dos lenhadores, que a antecede imediatamente. Nosso objetivo, assim, é o de seguir a recomendação de que não se deve desprezar a alusão literária feita no §151 das Remarks como chave para a compreensão do exemplo dos lenhadores sem, no entanto, nos comprometer com a tradução de Anscombe. A recuperação da menção originalmente feita por Wittgenstein poderá abrir caminho para a exploração da hipótese de que o exemplo dos lenhadores, colocado sob a perspectiva da narrativa efetivamente utilizada pelo autor, seja evidência textual a favor da tese da diversidade de formas de vida e da possibilidade de desacordos profundos.

Palavras-chave: *Hinge epistemology*; formas de vida; desacordos profundos; *hinge disagreements*.

Percepção e atenção à vida

Warley Kelber Gusmão de Andrade

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
Bolsista Programa de Apoio à Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos da UNEB – PAC-DT
wkandrade@uneb.br

Resumo: Entre nós e o real em seu movimento e mudança, existe um obstáculo, uma determinação construída no decorrer da evolução da vida, que visa nos manter fixos ao momento atual, retirando dele todos os dados que podem nos ajudar a construir uma ação. Esse processo nos impede de acessar o real em sua profundidade. Nosso objetivo, portanto, será o de examinar o motivo da existência de uma espécie de barreira que impede o acesso, por nós, ao real em seu movimento e mudança. Para realizá-lo, será necessário percorrer o itinerário bergsoniano que buscará esclarecer os erros e equívocos presentes nas teorias que definem a maneira humana de olhar a matéria, isto é, a percepção. O caminho escolhido por Bergson será apresentado no "Prefácio" da sétima edição de *Matéria e memória*, onde ele indica o objetivo do primeiro capítulo deste livro, qual seja, evitar os impasses causados na disputa entre idealistas e realistas sobre as explicações das relações entre matéria e representação. E o fundamento – para Bergson, equivocado –, que sustenta estas duas construções teóricas é único, tanto para idealistas, quanto para realistas, os processos que envolvem a percepção, esta maneira humana de ver e interagir com o real no seu entorno, são estritamente especulativos e visam o *conhecimento puro*. O itinerário bergsoniano buscará justamente desfazer esse equívoco ao atrelar a percepção não ao conhecimento puro, mas a ação, e, portanto, essencial nos processos de *atenção à vida*.

Palavras-chave: Idealismo; Realismo; Percepção; Atenção à vida.